

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 23/09/2013 - Edição 904

Trabalhadores do transporte de valores param no Norte e Noroeste do Rio de Janeiro



Trabalhadores de carro forte do interior do Rio de Janeiro cruzam os braços em resposta ao desrespeito dos patrões

Cerca de 300 funcionários responsáveis pelo transporte de valores de Campos dos Goytacazes, no Norte Fluminense, cruzaram os braços nesta sexta-feira (20). De acordo com Humberto Rocha, presidente do Sindicato dos Trabalhadores de Empresas de Transporte de Valores (Sindivalores-RJ), os funcionários pedem melhores

condições de trabalho, 10% de reajuste nos salários e o fim do banco de horas.

Rocha explicou que com a paralisação, serviços como abastecimento de caixas eletrônicos, coleta nos supermercados, lotéricas e bancos e recolhimento de valores em agências bancárias ficaram comprometidos.

Segundo ele, a categoria reivindica o reajuste salarial de 10%, o fim do banco de horas da tesouraria e administração; plano de saúde, atualmente é descontado 50% do titular e 50% de cada dependente, além da queda da cláusula de redução salarial, que segundo ele, quando alguém é promovido a vigilante de carro forte, passa a ganhar 80% do piso salarial.

O presidente do sindicato revelou ainda que um tesoureiro com dois dependentes chega a receber cerca de R\$ 400, com os descontos do plano de saúde sobre um salário mensal que varia de R\$ 650 a R\$ 700. Tal insatisfação gerou uma ação no ministério do Trabalho, pedindo a revisão da carga horária e a insalubridade dos trabalhadores que lidam com as impurezas do dinheiro.

Aderiram ao movimento de greve os funcionários das empresas Brinks, Prosegur e Trans Expert. Agentes da Polícia Militar acompanharam as manifestações.

Fonte: Uruau com G1

Peritos médicos têm que ser preparados para avaliar danos provocados por acidentes de trabalho



O Brasil precisa especializar os peritos médicos para facilitar o processo de avaliação e reparação integral dos danos provocados pelos acidentes de trabalho e subsidiar o Judiciário no momento de estabelecer os valores das indenizações.

A opinião é do professor catedrático da Universidade de Coimbra (Portugal), Duarte Nuno Vieira, que é membro do conselho da Confederação Europeia de Peritos em Avaliação de Danos Corporais (Coredoc), que participou nesta sexta-feira 920), do II Seminário Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho, no Tribunal Superior do Trabalho, falando sobre “Avaliação e Reparação Integral do Dano: as novas perspectivas na União Europeia”.

Vieira fez questão de diferenciar Brasil e União Europeia. No Brasil, a expressão dano moral é uma espécie de dano, assim como o dano estético e o dano material. Na União Europeia, usa-se duas definições: o dano patrimonial e o dano extrapatrimonial, que abrangem,

respectivamente, as repercussões do dano no patrimônio da pessoa e as sequelas do dano em todos os aspectos da vida dela.

Há 20 anos, as autoridades europeias estudam como avaliar e reparar os danos provocados pelos acidentes de trabalho. Chegou-

se a elaborar uma tabela, com sete níveis, estabelecendo valores para a perda – parcial ou permanente – de cada membro do corpo humano. Mas há dificuldade em colocá-la em prática numa comunidade que reúne 28 países, com diferentes níveis econômicos, sociais e culturais. “Cada país adota um valor diferente para cada membro do corpo humano e isso traz problemas práticos”, afirmou.

Além da tabela com valores, foram definidas taxas de incapacidade parcial e permanente para o trabalho e para a vida em geral. Mesmo assim, o trabalho dos peritos é fundamental para avaliar as sequelas dos danos provocados por acidentes de trabalho e definir a reparação. Ao contrário do que se imagina, os países europeus mais ricos são os que pagam as menores indenizações. “A Dinamarca paga valores muito mais baixos que Portugal”, observou.

Em compensação, na Dinamarca – como nos demais países nórdicos –, o Estado subsidia praticamente

todas as necessidades do cidadão dinamarquês que tem algum tipo de incapacidade, desde a compra de aparelhos ortopédicos até a adaptação da casa da pessoa deficiente, por exemplo.

Em Portugal, apenas os peritos especializados e registrados como tal podem elaborar laudos técnicos para subsidiar as decisões judiciais. “O trabalho do perito é essencial porque é ele que vai analisar as sequelas do acidente, conversar com a pessoa e ter todas as informações possíveis para avaliar as repercussões do acidente não só na vida profissional mas na vida em geral daquela pessoa”, argumentou.

O professor já esteve várias vezes no Brasil participando de cursos para a formação de peritos médicos, em Belo Horizonte e São Paulo, assim como peritos brasileiros estiveram em Portugal para absorver a experiência europeia. Existem dois sistemas de avaliação e reparação de danos – além do europeu, há o americano, seguido pelo países anglo-saxões. Vieira acha que é uma perda de tempo e dinheiro inovar na criação de um terceiro (a possibilidade do Brasil querer criar um). “A roda já foi inventada”, disse. “O brasileiro é igual ao paraguaio, ao colombiano, ao italiano. O que muda são o meio ambiente, as atividades de cada um e a vida que cada um leva”.

Fonte: TST

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV - José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico e diagramação: Aníbal Bispo



site: www.vigilantecntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11

Cep: 73.300-000 Brasília - DF